

INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

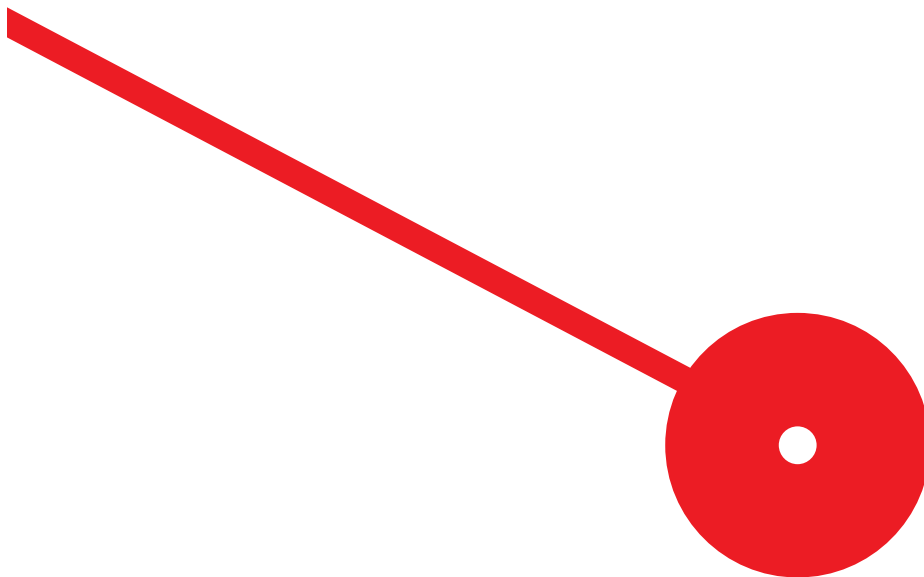
M MESTRADO  
AUDITORIA

# Relatório de Estágio na Empresa PALM, SROC, Lda.

Inês Monteiro

07/2024

Nome. Inês Oliveira e Silva Monteiro  
07/2024



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

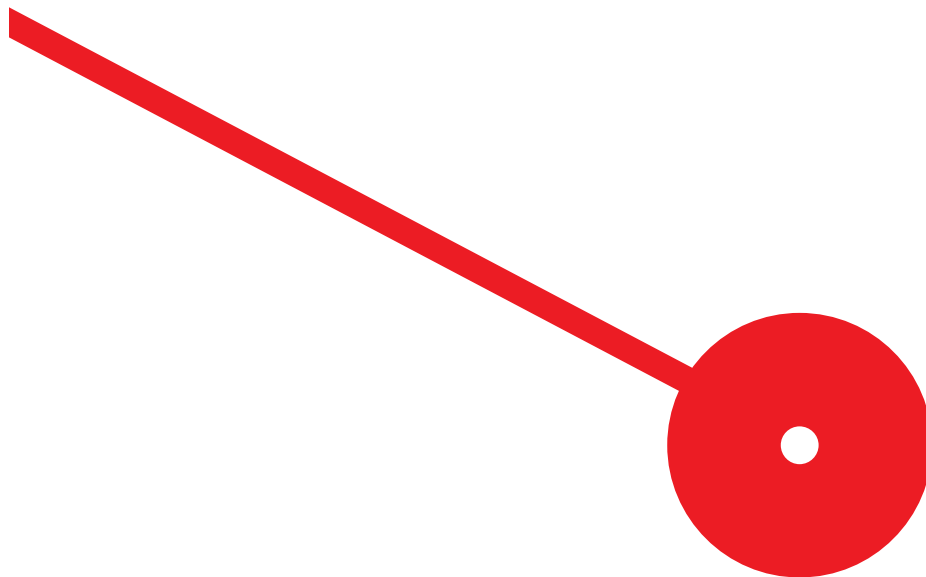
M MESTRADO  
AUDITORIA

# Relatório de Estágio na Empresa PALM, SROC, Lda.

Inês Monteiro

**Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Exma. Sra. Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias**

Nome. Inês Oliveira e Silva Monteiro  
07/2024



## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho de investigação não teria sido possível sem o apoio e contribuição de diversas pessoas e entidades, às quais expresso o meu sincero agradecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, pela orientação dedicada, pelo incentivo constante e pelo conhecimento transmitido ao longo deste percurso. A sua disponibilidade e competência foram fundamentais para o desenvolvimento deste relatório.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), quero agradecer pelo ambiente académico estimulante proporcionado ao longo do meu percurso e pelos recursos disponibilizados que foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, Cristina e José Monteiro, gostaria de agradecer pelo amor incondicional, apoio constante e pela confiança depositada em mim ao longo de toda a minha formação académica. Sem o vosso apoio, nada teria sido possível.

A todos os professores e colaboradores do ISCAP que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento académico e pessoal, o meu reconhecimento sincero.

Por fim, agradeço também a todos os amigos e colegas que estiveram ao meu lado, e que partilharam comigo conhecimentos, experiências e momentos de desafio e superação ao longo desta bela jornada.

A todos, o meu profundo agradecimento.

## **Resumo:**

Este relatório tem como foco detalhar as experiências e tarefas desempenhadas durante o período de estágio na empresa PALM SROC, Lda., com ênfase na temática da Auditoria Financeira e da Certificação Legal de Contas. A estrutura deste documento é composta por quatro partes distintas, as quais abordam diferentes aspetos do estágio.

Na primeira secção será apresentado o enquadramento teórico da auditoria financeira em Portugal e os aspetos principais da temática, bem como o planeamento, a materialidade, o risco de auditoria e o desfecho final de uma auditoria, isto é, a Certificação Legal das Contas.

Na segunda secção, abordam-se as metodologias de investigação, onde são deliberados os métodos para obter resposta às questões formuladas na etapa inicial. Aqui, é desenvolvido o Modelo de Análise, o qual conecta as perguntas de investigação com as asserções que as abordam.

A terceira secção direciona-se à apresentação da empresa, delineando os serviços oferecidos, os recursos tangíveis e humanos disponíveis, além de destacar as áreas de atuação dos clientes atendidos pela organização. São também detalhadas as atividades desempenhadas ao longo do estágio, tanto no ambiente de escritório como em ambiente de trabalho de campo. Irão ser discutidas as experiências adquiridas, os desafios enfrentados e as aprendizagens significativas. Esta parte ressalta as práticas adotadas, os procedimentos realizados e a integração das teorias aprendidas com as práticas do mundo real da auditoria financeira.

Por fim, são expostas as conclusões decorrentes desta experiência de estágio, acompanhadas por uma análise global que visa avaliar e sintetizar toda a aprendizagem, desafios e contribuições obtidas ao longo deste percurso. O intuito primordial deste relatório é elucidar os objetivos e métodos necessários para a execução da auditoria financeira.

**Palavras chave:** Auditoria financeira, Materialidade, Certificação Legal de Contas, Risco

## **Abstract:**

This report focuses on detailing the experiences and tasks performed during the internship period in the company PALM,SROC, Lda., with emphasis on the topic of Financial Auditing and Legal Certification of Accounts. The structure of this document is composed for four distinct parts, which address different aspects of the internship.

In the first section, the theoretical framework of financial auditing in Portugal and the main aspects of the subject will be presented, as well as the planning, materiality, audit risk and the final outcome of an audit, which is the Legal Certification of Accounts.

At the second section, the research methodologies are discussed, where the methods to obtain answers to the questions formulated in the initial stage are deliberated. Here, the Analysis Model is developed, which connects the research questions with the assertions that address them.

The third section is aimed at the presentation of the company, outlining the services offered, the tangible and human resources available, in addition to highlighting the areas of activity of the clients served by the organization. The activities performed throughout the internship are also detailed, both in the office environment and in the fieldwork. Experiences gained, challenges faced and significant learnings will be discussed. This part highlights the practices adopted, the procedures carried out, and the integration of the theories learned with the real-world practices of financial auditing.

Finally, the conclusions arising from this internship experience are presented, accompanied by an overall analysis that aims to evaluate and synthesize all the learning, challenges and contributions obtained along this path. The primary purpose of this report is to elucidate the objectives and methods necessary for the execution of the financial audit.

**Key words:** Financial Audit, Materiality, Legal Certification of Accounts, Risk

## Índice geral

<b>Capítulo - Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>Capítulo I – [Enquadramento teórico]</b> .....	<b>14</b>
1.1 Auditoria Financeira .....	15
1.1.1 Definição de auditoria financeira .....	15
1.1.2 História e Evolução da Auditoria Financeira .....	16
1.1.3 Importância do papel dos Auditores e dos ROC's .....	18
1.1.4 Normas, diretivas e ética .....	19
1.2 Planeamento .....	21
1.3 Materialidade .....	23
1.4 Risco .....	25
1.4.1 Relação entre Risco e Materialidade .....	25
1.4.2 Componentes do Risco de Auditoria .....	26
1.4.3 Análise Prática do Risco na Auditoria.....	26
1.4.4 Gestão e Controlo do Risco na Auditoria.....	27
1.5 Prova de auditoria.....	27
1.6 Certificação Legal de Contas.....	29
1.7 Síntese da revisão de literatura .....	30
1.7.1 Fundamentação teórica .....	32
<b>Capítulo II – [Metodologia da Investigação]</b> .....	<b>34</b>
2.1 Construção das Aserções de Análise .....	35
2.2. Modelo de Análise .....	38
<b>Capítulo III – [Estágio]</b> .....	<b>41</b>
3 Entidade acolhedora .....	42
3.1 Sobre a empresa.....	42
3.2 Materiais e Recursos Utilizados .....	42
3.3 Atividades desenvolvidas durante o estágio .....	44

3.3.1	Ativos fixos tangíveis .....	44
3.3.2	Estado e Outros Entes Públicos .....	45
3.3.3	Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) .....	46
3.3.4	Gastos com o Pessoal .....	47
3.3.5	Caixa e equivalentes/Meios financeiros líquidos .....	47
3.3.6	Inventários .....	48
3.3.7	Circularização de Saldos .....	49
3.3.8	Vendas e Prestações de Serviços .....	50
	<b>Capítulo – [Conclusão].....</b>	<b>51</b>
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>56</b>

## **Índice de Figuras**

Figura 1-Modelo de Análise

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1- Fundamentação teórica

## **Lista de abreviaturas**

CLC- Certificação Legal de Contas

OROC- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ROC- Revisor Oficial de Contas

IAASB- *International Auditing and Assurance Standards Board*

IAS- Normas Internacionais de Auditoria

CROC-Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

NTRLIC- Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas

NTR/A- Normas Técnicas de Revisão/Auditoria

IFAC- *International Federation of Accountants*

EOROC- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

CEDP- Código de Ética e Deontologia Profissional

RT- Recomendações Técnicas

DRA- Diretrizes de Revisão/Auditoria

IT- Interpretações Técnicas

RA- Risco de auditoria

RI-Risco Inerente

RC-Risco de Controlo

RD-Risco de Distorção

RDM- Risco de Distorção Material

DIC-Declaração de Impossibilidade de Certificação Legal de Contas

DF- Demonstrações Financeiras

CW- *CaseWare Working Papers*

CI- Controlo Interno

IS - Imposto do Selo

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

IRS- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IRC- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis

AIMI- Adicional ao IMI

IMT- Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

AT- Autoridade Tributária

SROC- Sociedade Revisores Oficiais de Contas

PALM- Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados

UE- União Europeia

FSE- Fornecimento de Serviços Externos



Este relatório de estágio realizado na empresa PALM, SROC, Lda. irá apresentar as mais diversas aprendizagens e experiências. Durante este período, desenvolvi o meu papel de estagiária num ambiente empresarial, especializado em Auditoria Financeira. Esta oportunidade revelou-se desafiadora e enriquecedora ao mesmo tempo, permitindo-me pôr em prática conhecimentos adquiridos no mestrado.

A PALM, SROC, Lda. desempenha um papel crucial no mercado de auditoria, proporcionando serviços independentes e de qualidade a uma variedade de organizações. Ao longo do estágio, explorei diversas áreas da auditoria financeira, aplicando normas contabilísticas, avaliando o controlo interno e verificando a conformidade legal das práticas contabilísticas adotadas pelos clientes da empresa.

Este relatório detalha os procedimentos realizados, os desafios enfrentados e as estratégias aplicadas para superá-los. O objetivo é não apenas relatar as atividades desenvolvidas durante o estágio, mas também fornecer uma avaliação crítica das práticas contabilísticas e do ambiente de controlo interno observado nas empresas auditadas.

Durante o estágio, apliquei técnicas rigorosas de auditoria, incluindo testes substantivos e procedimentos analíticos, para assegurar a integridade e a precisão das informações financeiras reportadas pelas entidades auditadas. Além disso, observei as diretrizes éticas e profissionais estabelecidas pelos organismos reguladores do setor, garantindo a imparcialidade e a objetividade.

## **CAPÍTULO I – [ENQUADRAMENTO TEÓRICO]**

---

## **1.1 Auditoria Financeira**

### **1.1.1 Definição de auditoria financeira**

A auditoria financeira, também conhecida como auditoria externa, é um processo sistemático e independente que verifica e avalia a integridade, precisão e transparência das informações financeiras e contabilísticas de uma entidade. O seu objetivo principal é assegurar que as demonstrações financeiras de uma organização são confiáveis, estão em conformidade com os princípios contabilísticos aceites e refletem adequadamente a situação financeira e o desempenho das organizações.

Ao longo do tempo, a definição e os objetivos da auditoria financeira evoluíram significativamente. No final do século XIX, a ênfase estava na deteção e prevenção de erros e fraudes. *F.W. Pixley*, em 1881, delineou os objetivos da auditoria para prevenir erros de omissão, erros intencionais e erros de princípio. Contudo, foi apenas no século XX que a visão moderna da auditoria emergiu.

*Montgomery*, em 1912, apresentou uma nova perspetiva, deslocando o foco da deteção de fraudes e erros para a avaliação precisa da situação financeira e dos rendimentos de uma empresa. Ele destacou que o objetivo principal era fornecer uma avaliação precisa para os proprietários, executivos, bancos e investidores. Esta mudança paradigmática definiu a auditoria como um exame minucioso das demonstrações económicas e financeiras, bem como dos registos e operações, garantindo a sua conformidade com os princípios contabilísticos, políticas estabelecidas pelos órgãos de gestão e requisitos legais.

A auditoria financeira percorre várias etapas essenciais: planeamento, execução, obtenção de evidências, avaliação de riscos e comunicação de descobertas. Durante o processo, os auditores conferem documentos, realizam testes, entrevistam funcionários e utilizam diversas ferramentas para garantir a precisão e a conformidade das informações financeiras.

A importância das normas é inegável, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Elas fornecem diretrizes e regulamentos que os auditores devem seguir para realizar uma auditoria eficaz e objetiva. Em Portugal, assim como em outras jurisdições, existem normas específicas que regem a prática da auditoria financeira, como as emitidas pela

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e as normas internacionais de auditoria emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB).

A auditoria financeira é um processo vital que visa garantir a integridade e a confiabilidade das informações financeiras de uma entidade, proporcionando aos *stakeholders* uma base sólida para tomar decisões informadas e confiar na saúde financeira das organizações.

### **1.1.2 História e Evolução da Auditoria Financeira**

A história da auditoria é um relato multifacetado que se estende por séculos e atravessa várias civilizações. A prática da auditoria, embora tenha raízes profundas, não possui um ponto específico de origem, mas a sua evolução ao longo dos tempos é um reflexo da necessidade humana de assegurar a exatidão, transparência e confiabilidade das informações financeiras.

De acordo com os registos históricos e teorias de diversos autores, os primeiros vestígios de auditoria remontam a civilizações antigas, como a Babilónia, China e Egipto por volta de 4000 a.C. Nessas culturas, as auditorias eram realizadas principalmente para supervisionar a cobrança de impostos e controlar os armazéns dos faraós. Há indícios de práticas de controlo interno nos tesouros dos faraós, evidenciando um esforço para garantir a integridade e a gestão adequada dos recursos.

No entanto, foi somente no final do século XIX que a auditoria, tal como a conhecemos, se começou a desenvolver com uma ênfase específica na deteção e prevenção de erros e fraudes. *F.W. Pixley*, em 1881, dividiu a auditoria em três partes, a prevenção de erros de omissão, de erros intencionais e de erros de princípio.

A virada do século XX trouxe uma mudança paradigmática na visão da auditoria. A perspectiva de *Montgomery*, em 1912, destacou que o objetivo primordial não deveria ser apenas a deteção de fraudes ou erros, mas sim a verificação da real condição financeira e rendimentos das empresas para os proprietários, executivos, banqueiros e investidores. Esta mudança de foco deu início ao que hoje chamamos de auditoria moderna, que procura avaliar a conformidade das demonstrações financeiras com os princípios contabilísticos e as políticas estabelecidas pelos órgãos de gestão.

Ao longo da história, eventos marcantes moldaram ainda mais o cenário da auditoria. O *crash* de 1929, conhecido como "A Quinta-Feira Negra", teve um impacto significativo

na percepção da importância da transparência e confiabilidade das informações financeiras das organizações. A falta de clareza nas informações foi um fator desencadeante da crise e evidenciou a necessidade de aprimorar os sistemas contábilísticos e os procedimentos de auditoria.

Outro marco histórico fundamental foi a falência da Enron no início dos anos 2000, que desencadeou várias questões sobre a eficácia da auditoria e resultou na queda da maior empresa de auditoria, a Arthur Andersen. Isso reforçou a necessidade de auditorias independentes e eficazes para garantir a integridade das demonstrações financeiras e a confiança dos *stakeholders*.

A definição e os objetivos da auditoria foram se expandindo com o tempo. Atualmente, a auditoria financeira vai além da simples fiscalização de contas. Ela engloba a otimização do uso dos recursos disponíveis, garantindo a viabilidade, rentabilidade e continuidade dos processos operacionais e da gestão financeira. Além disso, visa assegurar a conformidade das demonstrações financeiras com as normas legais e comunicar de forma transparente os erros identificados, oferecendo recomendações para melhorar os procedimentos organizacionais.

Neste contexto, a auditoria financeira é reconhecida como um processo objetivo e sistemático realizado por um terceiro independente, que busca obter e avaliar evidências em relação às asserções sobre eventos econômicos, fornecendo uma opinião sobre a veracidade, transparência e conformidade das informações financeiras.

A importância da auditoria reside na sua contribuição para aumentar a transparência e a credibilidade das informações financeiras, proporcionando aos usuários informações confiáveis para poderem tomar decisões. A compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade são características qualitativas essenciais que as informações financeiras devem possuir para atender às necessidades dos diversos *stakeholders*.

A evolução da auditoria financeira ao longo dos tempos reflete a contínua busca por processos mais eficazes e transparentes na verificação e garantia da qualidade das informações financeiras das organizações, visando atender às demandas de um mundo empresarial em constante transformação e com múltiplos interessados nas informações disponibilizadas pelas entidades.

### **1.1.3 Importância do papel dos Auditores e dos ROC's**

Os auditores financeiros e os revisores oficiais de contas desempenham papéis vitais na garantia da transparência e na confiança dos investidores, stakeholders e do público em geral no que diz respeito à precisão e veracidade das informações financeiras e contábilísticas de uma organização. As suas responsabilidades e funções são regulamentadas por legislação específica e estão intrinsecamente ligadas à promoção da integridade e conformidade das demonstrações financeiras das empresas.

Os Revisores Oficiais de Contas (ROC), conforme estabelecido no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), têm um papel de interesse público na revisão oficial de contas em empresas públicas e privadas, entre outras atividades relacionadas. As suas funções abrangem uma série de atividades, como a revisão de contas, a docência, a participação em comissões de auditoria, a consultoria, a emissão de pareceres sobre operações financeiras, entre outras, todas com um escopo e natureza bem definidos.

A necessidade da existência de auditores e revisores está fundamentada na teoria dos conflitos de interesses potenciais entre proprietários e gestores, como sugerido por *Windmoller* (2000). Esta teoria destaca a separação entre a propriedade (acionistas) e o controlo (gestão), levando a possíveis divergências de interesses. Neste contexto, os auditores desempenham um papel fundamental na monitorização das empresas, garantindo que as informações financeiras apresentadas refletem com precisão a realidade da organização, ajudando a reduzir assimetrias de informação e conflitos de agência.

*Meckling e Jensen* (1976) enfatizam que o auditor é essencial na vigilância das empresas modernas, onde a separação entre propriedade e gestão é evidente. Esta separação pode resultar em situações onde os gestores agem em benefício próprio, em detrimento dos interesses dos acionistas. Assim, os auditores desempenham um papel crucial ao proporcionar uma avaliação independente e imparcial das demonstrações financeiras, contribuindo para a confiança do mercado e a redução de práticas fraudulentas.

*Barrote* (2010) refere que por outro lado, na União Europeia (UE), o ROC ou o sócio principal que faz o trabalho de auditoria não pode assumir posições de gestão fundamentais na entidade examinada durante os dois anos subsequentes à cessação das suas funções enquanto ROC.

Além de examinar e certificar a veracidade das demonstrações financeiras, os auditores financeiros e revisores oficiais de contas também desempenham um papel na identificação e avaliação de riscos financeiros, fornecendo recomendações para melhorias nos sistemas de controlo interno e na gestão de riscos. Essas avaliações beneficiam a gestão interna das empresas, mas também são cruciais para a tomada de decisões de investimento e crédito por parte de terceiros.

A confiança do público nas informações financeiras de uma empresa é crucial para o funcionamento saudável dos mercados financeiros. Os auditores e revisores desempenham um papel vital ao garantir a transparência e a credibilidade dessas informações. A sua independência e objetividade são pilares essenciais para o seu trabalho, assegurando que as avaliações sejam imparciais e conduzidas de acordo com padrões éticos e profissionais rigorosos.

Em suma, os auditores financeiros e revisores oficiais de contas desempenham papéis fundamentais na proteção dos interesses dos stakeholders, na promoção da transparência e na garantia da precisão das informações financeiras das organizações. As suas funções são essenciais para a integridade e confiança nos mercados financeiros, contribuindo significativamente para a estabilidade e eficiência do sistema económico.

#### **1.1.4 Normas, diretivas e ética**

A prática da auditoria é altamente regulamentada por um conjunto complexo de normas, diretrizes e princípios que visam garantir a credibilidade e integridade das informações financeiras divulgadas pelas empresas. Estas regulamentações são cruciais para a sociedade e a economia, abrangendo desde a legislação de enquadramento até aos requisitos de acesso e exercício da profissão de auditor, normas obrigatórias de auditoria, regras éticas, deontológicas e de conduta, bem como a fiscalização do trabalho dos auditores e normas disciplinares.

A evolução das normas de auditoria em Portugal remonta a 1983, quando a então Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), atual Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), aprovou as primeiras Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas (NTRLIC). Posteriormente, em 1997, essas normas foram substituídas pelas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTR/A) após o desenvolvimento das normas internacionais de auditoria, particularmente após a publicação da codificação pela *International Federation of Accountants* (IFAC) em 1994.

A estrutura normativa profissional da OROC é composta por diversas regulamentações, das quais destacam-se:

- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC).
- Código de Ética e Deontologia Profissional (CEDP).
- Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTR/A).
- Recomendações Técnicas (RT).
- Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA).
- Circulares Técnicas
- Interpretações Técnicas (IT).

As Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTR/A) são de aplicação obrigatória e estabelecem os princípios e procedimentos essenciais a serem seguidos pelos Revisores Oficiais de Contas (ROC) durante a execução dos trabalhos de auditoria. As Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA) complementam e desenvolvem temas presentes nas NTR/A. As RT, que substituíram as DTR/A em 1997, têm o objetivo de orientar a execução das tarefas de auditoria e promover a harmonização na interpretação dos conceitos e aplicação dos procedimentos. Além disso, as IT e as circulares técnicas têm o propósito de orientar os ROC's na aplicação dos normativos anteriores e fomentar a boa prática profissional, muitas vezes baseadas em consultas técnicas feitas pelos ROC's.

As normas de auditoria desempenham um papel vital na atividade de auditoria, uma vez que guiam e orientam os auditores na análise das demonstrações financeiras, elaboradas com base em documentos contabilísticos. Entre as normas essenciais a serem consideradas, destacam-se:

- Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites: Conjunto de normas, regras e convenções que devem ser observadas na prática contabilística e na elaboração das demonstrações financeiras.
- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC).
- Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (CEOROC).
- Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA).

- *International Standard on Auditing (ISA).*

A *International Federation of Accountants (IFAC)* desempenha um papel significativo na emissão de normas internacionais de auditoria. O IAASB, órgão vinculado à IFAC, tem o compromisso de desenvolver um conjunto de Normas Internacionais amplamente aceite globalmente.

As Normas Internacionais de Auditoria (ISA) abordam temas como objetividade, avaliação de riscos, provas de auditoria, conclusões e relatórios, agrupados em diversas categorias para facilitar a aplicação prática pelos auditores.

A existência e atualização contínua das normas e diretivas de auditoria, tanto a nível nacional quanto internacional, são fundamentais para garantir a qualidade, transparência e confiança nos processos de auditoria e na divulgação das informações financeiras das empresas. O cumprimento rigoroso dessas normas é essencial para preservar a integridade do setor e a confiança do público nas demonstrações financeiras auditadas.

## **1.2 Planeamento**

O planeamento na auditoria financeira desempenha um papel crucial na condução de uma análise sistemática e precisa das demonstrações financeiras de uma empresa. Esse processo não determina apenas a direção e o escopo da auditoria, mas também estabelece as bases para a identificação e avaliação dos riscos, a compreensão das operações da entidade auditada, a definição da materialidade e a execução eficaz dos procedimentos de auditoria.

O cerne do planeamento de uma auditoria reside na antecipação, preparação e estruturação de todas as etapas e atividades envolvidas na realização da revisão/auditoria das demonstrações financeiras. De acordo com os princípios da Auditoria, é crucial que o revisor/auditor elabore um plano de trabalho que estabeleça a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a serem adotados. Esse plano deve ser ajustado conforme o risco da auditoria e os limites de materialidade definidos.

Além disso, o planeamento envolve o desenvolvimento de uma estratégia global e de uma abordagem detalhada quanto à natureza, tempo e extensão dos trabalhos a serem realizados na empresa auditada. Para tal, é fundamental possuir um conhecimento aprofundado das atividades, fatores económicos, legislação aplicável e práticas operacionais da entidade. Esse conhecimento permite ao auditor identificar e avaliar os

riscos de distorção material, reconhecer possíveis fraudes ou erros, estabelecer a materialidade e desenvolver procedimentos de auditoria adequados para responder aos riscos identificados.

Segundo Costa (2017, p. 227) “um planeamento adequado ajuda a assegurar que é dada uma atenção apropriada a áreas importantes da auditoria, que problemas potenciais são identificados e resolvidos tempestivamente e que o trabalho de auditoria é devidamente organizado e gerido a fim de ser realizado de uma forma eficaz e eficiente”.

A compreensão da entidade é um processo dinâmico e contínuo. Durante o decorrer do trabalho, o plano global e os programas de auditoria devem ser revistos e atualizados, considerando quaisquer alterações nas condições de trabalho ou resultados inesperados dos procedimentos de auditoria. Cada empresa é única, portanto, o auditor precisa de ajustar os procedimentos de acordo com a especificidade de cada entidade, respeitando as normas e diretrizes técnicas aplicáveis.

De acordo com Almeida (2017, p. 146) um adequado planeamento “permite ao auditor recolher prova suficiente e apropriada para suportar as suas conclusões, minimizando as possibilidades de litígio, mantendo a relação custo / benefício num patamar aceitável e cumprindo as datas de conclusão do trabalho com que se comprometeu com o seu cliente”.

Ao executar o trabalho de auditoria, é essencial que o auditor elabore um plano que inclua diversos elementos cruciais:

- **Conhecimento do Negócio:** Este ponto abrange a necessidade do auditor obter um conhecimento profundo das operações da empresa e das áreas a serem auditadas. Embora o auditor possa ter experiência em auditorias anteriores em setores semelhantes, cada caso requer uma análise específica.
- **Conhecimento dos Sistemas Contabilísticos e de Controlo Interno:** É imprescindível que o auditor identifique e compreenda os procedimentos e normas contabilísticas adotados pela entidade auditada. Avaliar a eficácia do sistema de controlo interno, incluindo a realização de testes de controlo, é crucial para determinar o risco de controlo.

- **Risco e Materialidade:** O auditor deve estimar o risco de auditoria e determinar os níveis adequados de materialidade. Isso envolve identificar áreas com potencial de distorções materialmente relevantes ou fraudes.
- **Natureza, Tempo e Extensão dos Procedimentos:** Esses aspectos incluem o planejamento temporal do trabalho, a seleção da equipa de auditoria, a identificação das áreas a serem testadas, a definição dos procedimentos a serem executados e a definição de objetivos para essas áreas.

A revisão e atualização contínua do plano são essenciais, visto que a compreensão da entidade é um processo em evolução. O auditor deve estar atento a quaisquer mudanças nas condições de trabalho ou nos resultados dos procedimentos de auditoria, a fim de garantir a eficácia do plano global e dos programas de auditoria.

Ao adaptar os procedimentos de auditoria de acordo com a especificidade de cada empresa, o auditor deve sempre obedecer às normas e diretrizes técnicas disponíveis, garantindo assim a aderência aos padrões de auditoria estabelecidos.

A execução de um plano de auditoria bem elaborado ajuda não apenas a identificar potenciais problemas na empresa auditada, mas também a conduzir uma auditoria eficiente e a fornecer uma avaliação precisa das demonstrações financeiras. O conhecimento abrangente das atividades, operações e processos adotados pela empresa é crucial para garantir a eficiência do trabalho de auditoria.

O planejamento na auditoria financeira é um processo estratégico e contínuo que visa alcançar uma auditoria eficaz, identificando áreas de risco, estimando a materialidade e adaptando os procedimentos de acordo com as especificidades de cada entidade auditada.

### **1.3 Materialidade**

A materialidade na auditoria financeira é um conceito crucial que orienta a avaliação do auditor sobre a relevância das distorções ou omissões nas demonstrações financeiras de uma empresa. É impossível examinar todas as transações e documentos de uma entidade, e é por isso que o auditor trabalha com base em amostras representativas para obter uma segurança razoável na avaliação das demonstrações financeiras.

Segundo a ISA 320 – Materialidade de Revisão/Auditoria – é possível definir que “um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras”.

A definição de materialidade é fundamental porque permite ao auditor estabelecer os procedimentos necessários para reunir informações suficientes e apropriadas. Essa noção está intimamente ligada à influência que uma distorção ou omissão específica na informação financeira pode ter nas decisões dos principais interessados.

Conforme descrito na ISA 320, distorções ou omissões são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, influenciarem o julgamento das pessoas que dependem das informações financeiras. Isso ressalta a importância da materialidade na formação da opinião expressa no relatório do auditor.

A determinação da materialidade não é baseada numa fórmula fixa, mas sim no julgamento profissional do auditor, influenciado pelas necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras. O julgamento profissional é crucial na auditoria das demonstrações financeiras, envolvendo a consideração crítica de princípios contabilísticos e normas, tendo em conta o contexto específico do negócio do cliente.

Essa avaliação requer uma combinação de capacidade de compreender o ambiente da entidade, raciocínio, experiência, traços de personalidade e responsabilidade dentro e fora da empresa. O auditor usa o seu julgamento para determinar quais distorções devem ser relatadas, pois podem influenciar as decisões dos utilizadores.

A materialidade permite ao auditor desconsiderar pequenas distorções, uma vez que o objetivo é fornecer informações livres de distorções materialmente relevantes aos usuários. É por meio do julgamento que o auditor estabelece um limite para os elementos significativos, determina o tamanho da amostra e avalia as asserções obtidas no trabalho.

É uma crença comum entre os usuários das informações financeiras que o auditor examina todas as transações de uma empresa, mas isso não é viável. O auditor trabalha com amostras representativas para emitir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão livres de erros e distorções materialmente relevantes.

A definição da materialidade é crucial no planeamento da auditoria para estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a serem adotados.

Não há uma fórmula específica para calcular a materialidade, mas ela é determinada considerando-se aspectos quantitativos e qualitativos.

Embora frequentemente a materialidade seja estabelecida com base em indicadores financeiros ponderados, como lucro antes dos impostos, patrimônio líquido e ativos totais, distorções que não ultrapassam esse valor podem ser consideradas materialmente relevantes devido ao contexto qualitativo da informação.

As circunstâncias envolvidas na auditoria podem influenciar a materialidade, exigindo que o auditor reavalie e possivelmente redefina esse limite ao longo do processo. Ao identificar distorções materialmente relevantes, o auditor deve aumentar os procedimentos de auditoria para mitigar o risco.

Se a gerência/administração não corrigir distorções materialmente relevantes, o auditor deve avaliar que tipo de relatório emitir, de acordo com as diretrizes estabelecidas, para relatar adequadamente as questões identificadas.

A materialidade na auditoria financeira é um conceito que exige julgamento profissional, influenciado pelas necessidades dos usuários das demonstrações financeiras, para determinar o impacto das distorções ou omissões na tomada de decisão e para orientar os procedimentos de auditoria.

## **1.4 Risco**

O entendimento e a gestão do risco são fundamentais para a condução eficaz da auditoria financeira. De acordo com Almeida (2017), o risco é um conceito intrínseco à incerteza associada a um evento específico e ao seu resultado. Na auditoria, o risco está intimamente relacionado à materialidade, pois quanto maior o risco, menor será a materialidade e vice-versa. Tal como referido por Arens (2005) *“Risk is a measure of uncertainty, where as materiality is a measure of magnitude or size. Taken together, they measure the uncertainty of amounts of a given magnitude.”*

### **1.4.1 Relação entre Risco e Materialidade**

A relação entre risco e materialidade é de inversão proporcional. Enquanto a materialidade está ligada ao nível quantitativo ou qualitativo das distorções que podem influenciar as demonstrações financeiras, o risco diz respeito à probabilidade de o auditor

expressar uma opinião inadequada diante de distorções materiais nas demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido pela ISA 200, o risco de auditoria (RA) pode ser calculado multiplicando-se os componentes do risco: Risco Inerente (RI), Risco de Controlo (RC) e Risco de Distorção (RD). O RDM (Risco de Distorção Material) representa a probabilidade das demonstrações financeiras estarem materialmente distorcidas antes da auditoria.

#### **1.4.2 Componentes do Risco de Auditoria**

Risco Inerente (RI): Este risco está associado à suscetibilidade de uma asserção sobre transações ou saldos de conta a uma distorção material, antes de considerar quaisquer controlos relacionados. O RI deriva do negócio do cliente, do mercado e de outros fatores e varia entre diferentes entidades.

Risco de Controlo (RC): Refere-se à probabilidade de uma distorção não ser evitada ou detetada e corrigida a tempo pelo controlo interno da entidade. Embora o auditor não controlo diretamente o RC, pode recomendar práticas e procedimentos ao órgão de gestão.

Risco de Deteção (RD): É a probabilidade de os procedimentos executados pelo auditor não identificarem uma distorção material. O RD é o único risco controlável pelo auditor, mas não pode ser reduzido a zero devido a considerações de custo/benefício.

#### **1.4.3 Análise Prática do Risco na Auditoria**

##### **- Relação entre Risco e Procedimentos de Auditoria**

O auditor opera com base em amostras representativas, o que significa que é impossível identificar todas as distorções ou omissões durante a auditoria. O risco de auditoria surge quando o auditor não deteta erros ou distorções durante o seu trabalho. Esse risco pode ser mitigado através da aplicação de procedimentos robustos.

##### **- Fatores Influenciadores do Risco**

O risco é influenciado pela complexidade das operações da empresa auditada, competência da gestão/administração e eficácia do controlo interno. Quanto mais complexas as operações, maior será o risco inerente. O auditor avalia o sistema de controlo interno para determinar sua eficácia na redução do risco de controlo.

#### **1.4.4 Gestão e Controlo do Risco na Auditoria**

O auditor adota procedimentos mais amplos e profundos para reduzir o risco de deteção. No entanto, embora seja essencial reduzir esse risco a níveis aceitáveis, atingir um risco zero é impraticável devido a limitações de custo/benefício.

O entendimento dos componentes do risco na auditoria financeira é fundamental para os auditores, pois permite avaliar e gerir efetivamente a incerteza associada às demonstrações financeiras. A aplicação de procedimentos adequados e o entendimento dos fatores que influenciam cada componente do risco são cruciais para conduzir uma auditoria eficaz, garantindo a fiabilidade e precisão das informações financeiras apresentadas.

É essencial que os auditores utilizem seu julgamento profissional para determinar a natureza, extensão e profundidade dos procedimentos de auditoria, ajustando-os conforme a complexidade das operações e os riscos identificados em cada entidade auditada.

Em resumo, a gestão adequada do risco na auditoria financeira é uma parte integrante do processo de auditoria, garantindo que a opinião emitida seja apropriada e confiável, mesmo diante da incerteza associada às demonstrações financeiras.

#### **1.5 Prova de auditoria**

A prova de auditoria é um componente fundamental no processo de certificação legal de contas. Ao longo da auditoria, o auditor coleta informações para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa. Contudo, é crucial entender que a simples obtenção de informações, muitas vezes por meio de conversas informais, não constitui prova de auditoria. Esta última deve ser obtida preferencialmente de maneira escrita, permitindo avaliação por tribunais, órgãos de controlo e garantindo o cumprimento das normas profissionais vigentes.

Conforme definido na ISA 500, a prova de auditoria abrange não apenas dados nos registos contabilísticos, mas também outras informações relevantes. A ISA 510 especifica que a prova de auditoria pode ser obtida através de testes de controlo, procedimentos substantivos, procedimentos de avaliação de risco e procedimentos analíticos substantivos.

Os testes de controlo visam avaliar a eficácia dos controlos em prevenir ou detetar distorções materiais nas asserções, enquanto os procedimentos substantivos são destinados a identificar tais distorções. Os procedimentos de avaliação de risco, segundo a ISA 315, buscam compreender a entidade e o seu ambiente para identificar riscos de distorção material. Por fim, os procedimentos analíticos substantivos, conforme descrito por Costa (2010), envolvem análises financeiras para identificar inconsistências ou divergências significativas.

As asserções subjacentes às demonstrações financeiras devem ser validadas por meio da prova de auditoria. Estas asserções incluem existência, direitos e obrigações, ocorrência, integralidade, valorização, mensuração, apresentação e divulgação.

Para reunir evidências suficientes e adequadas, os procedimentos de auditoria utilizados incluem inspeção, observação, indagação, confirmação, cálculo e procedimentos analíticos. A ISA 510 ressalta a importância de obter prova apropriada e suficiente, onde a qualidade e a quantidade da prova são fundamentais para confirmar as asserções.

A credibilidade da prova é influenciada pela sua origem e natureza, sendo a prova externa considerada mais confiável do que a interna, e a prova documental mais robusta do que a prova oral.

A base de qualquer auditoria reside na coleta de provas para fundamentar as conclusões do auditor. Conforme Costa (2018), a prova deve ser preferencialmente escrita para ser avaliada por entidades externas, garantindo o cumprimento das normas profissionais.

Os procedimentos de avaliação de risco do cliente, testes de controlo e procedimentos substantivos são elementos-chave na obtenção de provas de auditoria, permitindo a verificação da eficiência dos controlos, a deteção de distorções relevantes e a confirmação da apresentação adequada das demonstrações financeiras.

A ISA 500 ainda especifica sete tipos de procedimentos que podem ser usados em diferentes contextos pela auditoria: inspeção, observação, confirmações externas, recálculo, reexecução, procedimentos analíticos e indagação.

A prova de auditoria é essencial para fundamentar a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras de uma empresa. Ela é obtida por meio de uma variedade de procedimentos que visam confirmar as asserções subjacentes às demonstrações

financeiras, garantindo conformidade com as normas profissionais e a credibilidade das informações apresentadas.

## **1.6 Certificação Legal de Contas**

A Certificação Legal de Contas (CLC) representa o ponto culminante de um rigoroso trabalho de aplicação de procedimentos de auditoria. O seu propósito é reunir uma quantidade suficiente e apropriada de prova de auditoria para permitir ao auditor formar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras no seu todo. No contexto português, as diretrizes da CLC são delineadas no artigo 45.º, n.º 2, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), sendo um documento obrigatório para sociedades anónimas e sociedades por quotas que atendem a requisitos específicos de dimensão, conforme a Lei n.º 140/2015 da Assembleia da República.

Existem diversos tipos de CLC, cada um refletindo a avaliação do auditor sobre as demonstrações financeiras:

- CLC com opinião sem reservas: É emitida quando o auditor conclui que, com base nas provas obtidas, as demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com os padrões contabilísticos aplicáveis e estão livres de distorções materiais.
- CLC com opinião sem reservas, mas com ênfases e/ou outras matérias: Pode apresentar ênfases, destacando questões importantes para a compreensão das demonstrações financeiras, ou outras matérias relevantes que não estão refletidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.
- CLC com opinião modificada: Neste caso, a opinião do auditor é modificada devido a situações que impedem a emissão de uma opinião sem reservas. Existem quatro tipos de opinião modificada:
  - Opinião com reservas por limitação de âmbito: Emitida quando o auditor não consegue realizar procedimentos necessários devido a limitações impostas pela administração ou à inadequação dos registos contabilísticos
  - Opinião com reservas por desacordo: Quando o auditor discorda com aspetos das demonstrações financeiras, como a aplicação dos princípios contabilísticos ou as asserções nelas incluídas.

- Opinião com escusa de opinião: Emitida quando o auditor não consegue obter prova suficiente e apropriada e entende que os efeitos das distorções são materiais e profundos.
- Opinião adversa: Emitida quando o auditor conclui que as distorções nas demonstrações financeiras são materiais e profundas, enganando os usuários.

Cada tipo de opinião requer modelos específicos de CLC e a aplicação consistente das normas de auditoria pertinentes para garantir a conformidade e a fidedignidade do relatório emitido. Em casos onde a avaliação não é possível devido a incertezas ou omissões significativas, o auditor emite uma declaração de impossibilidade de Certificação Legal de Contas (DIC).

O objetivo principal do trabalho de auditoria no âmbito da CLC é garantir que as demonstrações financeiras não contenham erros ou distorções materialmente relevantes. O auditor, como um profissional independente e com credibilidade pública, fornece uma segurança essencial aos usuários das informações contábilísticas, essencial para a tomada de decisões. As reservas na CLC podem influenciar a opinião do auditor, enquanto as ênfases são meras notas para os usuários sobre aspectos relevantes das demonstrações financeiras.

A emissão da opinião do auditor é regulada pela norma de auditoria DRA 700 - Relatório de Revisão/Auditoria. Esta norma estabelece o modelo de relatório para contas individuais e diretrizes específicas para a emissão da opinião do auditor.

Assim, a Certificação Legal de Contas desempenha um papel crítico na garantia da integridade e confiabilidade das informações financeiras das entidades, oferecendo aos usuários a segurança necessária para a tomada de decisões informadas.

## **1.7 Síntese da revisão de literatura**

Concluindo, a auditoria financeira desempenha um papel crucial na salvaguarda da integridade e confiabilidade das informações financeiras das organizações, fornecendo aos stakeholders uma base sólida para decisões informadas e confiança na saúde financeira das entidades. A evolução contínua dos processos de auditoria reflete a busca por eficácia e transparência, adaptando-se às demandas de um ambiente empresarial em constante transformação. Os auditores financeiros e revisores oficiais de contas desempenham papéis essenciais na proteção dos interesses dos stakeholders e na

promoção da transparência, contribuindo para a estabilidade e eficiência do sistema económico. A conformidade estrita com as normas e diretrizes de auditoria, tanto nacional quanto internacionalmente, é fundamental para garantir a qualidade e transparência dos processos de auditoria. O planeamento cuidadoso e a gestão eficaz do risco são componentes cruciais do processo de auditoria, assegurando que a opinião do auditor seja apropriada e confiável, mesmo diante da incerteza inerente às demonstrações financeiras. A obtenção da prova de auditoria por meio de procedimentos robustos é fundamental para fundamentar a opinião do auditor e garantir a credibilidade das informações apresentadas. Em última análise, a Certificação Legal de Contas desempenha um papel crítico na garantia da integridade e confiabilidade das informações financeiras das entidades, proporcionando aos usuários a segurança necessária para tomadas de decisão informadas. Em síntese esta revisão da literatura permitiu a elaboração das seguintes questões de investigação:

1. Qual é a importância do papel desempenhado pelos auditores e pelos ROC's na garantia da transparência nas informações financeiras?
2. De que forma a independência dos auditores e a supervisão efetiva dos ROC's contribuem para o desenvolvimento de estratégias eficientes que otimizam o planeamento e asseguram a eficácia do processo de auditoria financeira, promovendo, assim, a transparência nas informações financeiras?
3. De que forma a materialidade influencia as decisões dos auditores no decorrer do trabalho de auditoria?
4. Como é que a relação entre o risco e a materialidade impacta a tomada de decisões dos auditores durante o processo de auditoria financeira?
5. Como é que os auditores avaliam a extensão do risco?

### 1.7.1 Fundamentação teórica

Perguntas	Fundamentação Teórica
1- Qual é a importância do papel desempenhado pelos auditores e pelos ROC's na garantia da transparência nas informações financeiras?	<i>Windmoller</i> (2000); <i>Meckling e Jensen</i> (1976); Barrote (2010)
2- De que forma a independência dos auditores e a supervisão efetiva dos ROC's contribuem para o desenvolvimento de estratégias eficientes que otimizam o planejamento e asseguram a eficácia do processo de auditoria financeira, promovendo, assim, a transparência nas informações financeiras?	<i>Windmoller</i> (2000); Barrote (2010); Costa (2017); Almeida (2017)
3- De que forma a materialidade influencia as decisões dos auditores no decorrer do trabalho de auditoria?	ISA 320
4- Como é que a relação entre o risco e a materialidade impacta a tomada de decisões dos auditores durante o processo de auditoria financeira?	<i>Arens</i> (2005) e Almeida (2017)
5- Como é que os auditores avaliam a extensão do risco?	ISA 315; ISA 510; Costa (2010); ISA 500

Tabela 1- Fundamentação Teórica

1. A teoria dos conflitos de interesses necessidade de existirem auditores e ROC's na vigilância das empresas modernas. *Meckling e Jensen* (1976) também enfatizam a importância dos auditores na supervisão das empresas. Barrote (2010) destaca a importância da independência dos auditores, entre proprietários e gestores, como sugerido por *Windmoller* (2000).

2. A independência dos auditores, como defendido por *Windmoller* (2000) e Barrote (2010), é crucial para garantir a confiança no processo de auditoria. Um planejamento adequado, como enfatizado por Costa (2017) e Almeida (2017), permite aos auditores desenvolver estratégias eficientes que otimizam o processo de auditoria, garantindo assim a transparência nas informações financeiras.

3. A definição de materialidade conforme descrita na ISA 320 ressalta a sua importância na formação da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras. Isso ressalta a importância da materialidade na formação da opinião expressa no relatório do auditor.

4. Como mencionado por *Arens* (2005) e Almeida (2017), o risco e a materialidade estão interligados na auditoria. O risco é considerado um conceito intrínseco à incerteza associada a um evento específico e ao seu resultado.

5. Os procedimentos de avaliação de risco, conforme descritos na ISA 315 e 510, pretendem compreender a entidade e o seu ambiente para identificar riscos de distorção material. Os procedimentos analíticos substantivos, como mencionados por Costa (2010) e pela ISA 500, são utilizados para identificar inconsistências ou divergências significativas nas informações financeiras, ajudando os auditores a avaliar a extensão do risco.

De seguida será tratada a forma como iremos responder a estas perguntas de investigação, ou seja, iremos considerar o capítulo da metodologia.

## **CAPÍTULO II – [METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO]**

---

A metodologia da investigação destina-se a definir quais as formas ou técnicas de análise para poder equacionar o problema de estudo. Podem ser de teor qualitativo, quantitativo ou misto.

As metodologias de investigação de teor qualitativo são abordagens utilizadas para explorar e compreender fenómenos complexos e contextuais, focando-se na profundidade das informações e na riqueza dos detalhes. São especialmente valiosas para desenvolver uma compreensão profunda das perceções, comportamentos e experiências das pessoas em relação a um determinado tema ou problema.

As metodologias qualitativas procuram compreender o “como” e o “porquê” dos fenómenos, explorando detalhes que não são facilmente quantificáveis. Permitem uma análise aprofundada das especificidades e complexidades dos contextos estudados.

A recolha de dados é geralmente realizada de forma textual ou visual, envolvendo descrições detalhadas e narrativas. Os dados são então agregados através de métodos como observações diretas e análise de documentos.

Os métodos qualitativos são flexíveis e podem ser ajustados durante o processo de pesquisa o que permite uma adaptação constante conforme surgem novas informações.

No contexto da elaboração do relatório de estágio optei por utilizar metodologias qualitativas para desenvolver asserções analíticas. Essas asserções são proposições ou afirmações baseadas em dados qualitativos que sintetizam as descobertas da pesquisa e são fundamentais para a construção de um modelo de análise. Elas representam interpretações sobre o tema investigado, que serão posteriormente interligadas para formar um modelo teórico ou prático. De seguida irei enunciar as asserções de análise construídas.

## **2.1 Construção das Asserções de Análise**

As perguntas de investigação que terminaram a revisão da literatura permitiram a construção das seguintes Asserções.

A1: A independência é uma característica essencial dos auditores e ROC's, crucial para assegurar a transparência e confiança nas informações financeiras.

A2: A materialidade é um fator crítico que molda as decisões dos auditores ao longo do processo de auditoria, especialmente na relação entre risco e materialidade.

A3: Os principais componentes do risco de auditoria são sujeitos a uma análise prática por parte de auditores, para avaliarem a sua dimensão e ajustar estratégias de forma a mitigar o risco de maneira eficiente.

A1: A asserção foi construída de forma a abordar duas questões distintas, mas relacionadas: a importância dos auditores e ROC's na garantia da transparência das informações financeiras e a contribuição da independência dos auditores e supervisão efetiva dos ROC's para o desenvolvimento de estratégias eficientes que otimizam o planeamento e asseguram a eficácia do processo de auditoria financeira.

Para a primeira pergunta, foram citadas teorias como a dos conflitos de interesses entre proprietários e gestores, enfatizando a necessidade de auditores e ROC's para supervisionar empresas modernas. Além disso, foi destacada a importância da independência dos auditores, especialmente em contextos regulatórios como o da União Europeia, onde são impostas restrições à participação dos ROC's em posições de gestão em empresas auditadas. Por fim, mencionou-se a necessidade de um planeamento adequado por parte dos auditores para garantir a eficácia e eficiência do processo de auditoria.

Para a segunda pergunta, a asserção ressaltou a importância da independência dos auditores para garantir a confiança no processo de auditoria, juntamente com a supervisão efetiva dos ROC's para prevenir práticas fraudulentas e promover a integridade das informações financeiras. Além disso, enfatizou-se que um planeamento adequado permite aos auditores desenvolver estratégias eficientes que otimizam o processo de auditoria, garantindo assim a transparência nas informações financeiras, como mencionado por Almeida (2017).

A2: A asserção foi construída de forma a abordar as duas questões relacionadas à influência da materialidade nas decisões dos auditores ao longo do processo de auditoria, bem como a relação entre o risco e a materialidade e o seu impacto na tomada de decisões dos auditores durante a auditoria financeira.

Para a terceira pergunta, a asserção destaca a importância da materialidade na formação da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras. Ela ressalta que os auditores consideram uma distorção ou omissão como material se puder razoavelmente influenciar as decisões económicas dos usuários das demonstrações financeiras, conforme definido na ISA 320. Isso mostra como a materialidade desempenha um papel crítico nas decisões

dos auditores ao determinar se uma distorção é significativa o suficiente para afetar a opinião do usuário sobre as demonstrações financeiras.

Para a quarta pergunta, a asserção menciona a interligação entre o risco e a materialidade na auditoria, conforme destacado por *Arens* (2005) e *Almeida* (2017). Ela explica que o risco e a materialidade estão inversamente relacionados: quanto maior o risco, menor será a materialidade e vice-versa. Os auditores ajustam sua abordagem de auditoria com base na avaliação do risco e da materialidade para garantir a eficácia do processo de auditoria. Isso significa que, durante o processo de auditoria, os auditores consideram não apenas a materialidade das distorções, mas também o risco associado a elas, adaptando sua abordagem de auditoria conforme necessário.

A3: A asserção foi construída de forma a abordar a pergunta sobre como os auditores avaliam a extensão do risco durante o processo de auditoria, utilizando informações específicas fornecidas.

Destaca que os auditores realizam uma análise prática dos principais componentes do risco de auditoria para avaliar a sua dimensão e ajustar estratégias de forma eficiente para mitigar o risco. Isso implica que os auditores não identifiquem apenas os riscos, mas também os examinem de forma prática, a fim de compreender a sua magnitude e o seu impacto potencial nas demonstrações financeiras.

Para responder à pergunta sobre como os auditores avaliam a extensão do risco, a asserção menciona os procedimentos de avaliação de risco descritos na ISA 315 e 510. Estes procedimentos visam compreender a entidade e o seu ambiente para identificar riscos de distorção material. Além disso, os auditores utilizam procedimentos analíticos substantivos, como mencionados por *Costa* (2010) e pela ISA 500, para identificar inconsistências ou divergências significativas nas informações financeiras, o que ajuda na avaliação do risco.

A asserção também menciona que os auditores utilizam uma variedade de procedimentos de auditoria, como inspeção, observação, confirmações externas, entre outros, conforme especificado na ISA 500 e na ISA 510, para obter evidências apropriadas e suficientes sobre as asserções nas demonstrações financeiras. Isso contribui diretamente para a avaliação do risco, pois permite aos auditores avaliar a veracidade e integridade das informações financeiras, bem como identificar quaisquer áreas de potencial risco ou distorção.

Portanto, a asserção foi construída de maneira a abordar como os auditores avaliam a extensão do risco, destacando a análise prática dos componentes do risco de auditoria e os procedimentos específicos utilizados pelos auditores para este fim, conforme descritos nas normas e na literatura relevante.

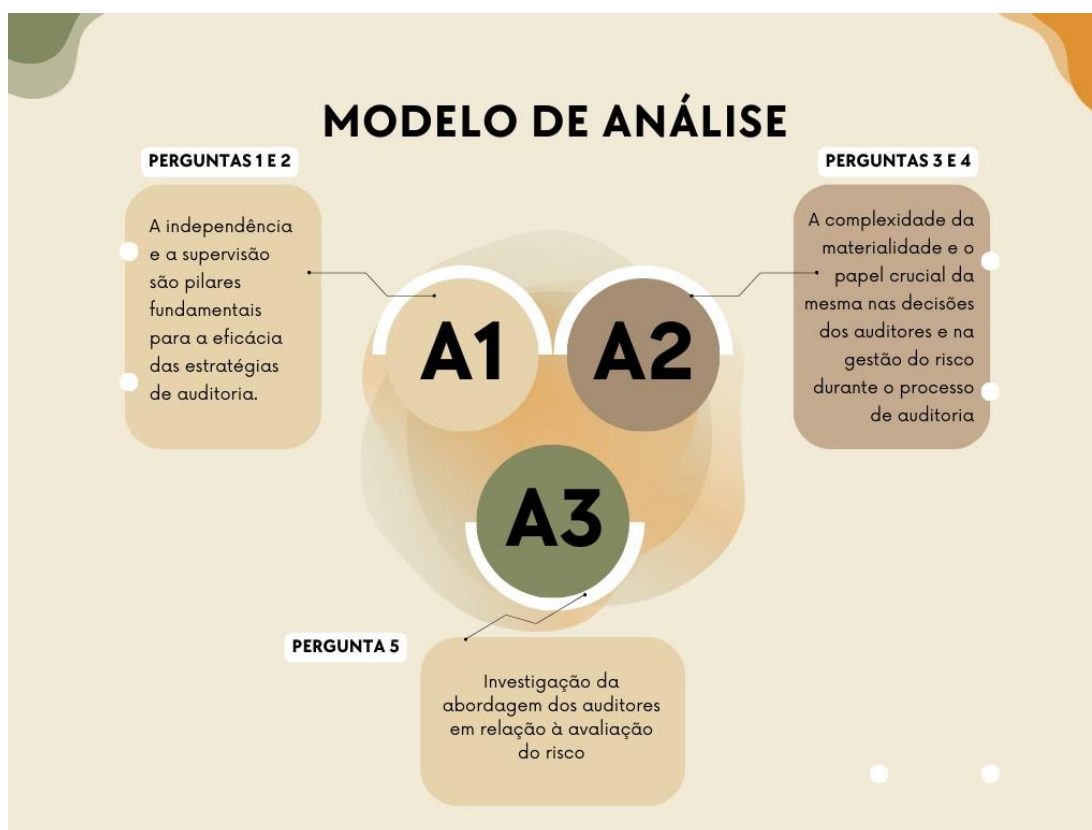
As asserções são então conectadas e integradas de forma a construir o modelo de análise que se segue abaixo.

## **2.2. Modelo de Análise**

Apesar de estarem interligadas, é possível observar que as questões foram organizadas em grupos com temas semelhantes para compor as três asserções apresentadas anteriormente.

Nesse contexto, a asserção A1, que engloba as questões 1 e 2, concentra-se na independência do auditor ao longo da sua atividade e na possível influência dessa independência na divulgação de informações. Mostrando também como a independência e a supervisão são pilares fundamentais para a eficácia das estratégias de auditoria. A asserção A2 aborda a complexidade da materialidade e o papel crucial da mesma nas decisões dos auditores e na gestão do risco durante o processo de auditoria, logo esta asserção pretende responder às questões 3 e 4. Por fim, a asserção A3 procura responder à questão 5, centrando-se na investigação da abordagem dos auditores em relação à avaliação do risco. Ao agrupar as perguntas nestas asserções, pretende-se abordar temas semelhantes em cada conjunto, proporcionando uma análise mais organizada e específica para cada tópico dentro do trabalho de auditoria.

Imagem 1- Modelo Análise



Fonte: Elaboração própria

As perguntas colocadas e as asserções construídas foram cuidadosamente elaboradas para abordar aspetos cruciais da auditoria financeira, baseadas em fundamentações teóricas e na compreensão dos desafios práticos enfrentados pelos profissionais da área. A interligação entre as asserções é evidente, refletindo a complexidade e a interdependência dos conceitos abordados.

Ao construir o modelo de análise, procurou-se agrupar as perguntas em conjuntos temáticos que permitissem uma análise mais organizada e específica para cada tópico dentro do trabalho de auditoria. As asserções, por sua vez, foram formuladas de maneira a abordar diferentes aspetos das questões de investigação, destacando a relação entre a independência, a materialidade e o risco, e a sua influência nas estratégias e decisões dos auditores.

De seguida, será explorada a forma como as atividades realizadas em estágio se relacionam com as questões colocadas e com as asserções construídas neste modelo. Será analisado se as atividades desenvolvidas durante o estágio corroboram ou refutam as

asserções construídas, proporcionando aspectos valiosos sobre a aplicabilidade e relevância dos conceitos teóricos na prática da auditoria financeira.



### **3 Entidade acolhedora**

#### **3.1 Sobre a empresa**

O meu estágio teve início a 13 de novembro de 2023 na empresa PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda. Esta empresa é composta por quatro sócios principais e dois técnicos de auditoria, e está registada na OROC com o número 219. A essência da empresa reside na sua proximidade e profundo conhecimento dos seus clientes, o que permite oferecer serviços personalizados e de alta qualidade, focando-se assim na excelência no atendimento. Confiança, excelência e proximidade são os valores desta empresa.

As principais atividades da empresa incluem Auditoria e Revisão Legal das Contas, Assessoria Fiscal e Consultoria Financeira. Mais especificamente, os serviços oferecidos estendem-se em várias áreas, tais como:

- Revisão Legal das Contas;
- Auditoria Interna e de Gestão;
- Revisão de declarações fiscais;
- Análises dos controlos internos e gestão de riscos;
- Avaliação de investimentos;
- Assessoria em fusões, cisões e aquisições;
- Consultoria fiscal;
- Reestruturações financeiras.

Este leque de serviços abrange uma ampla gama de necessidades empresariais, garantindo que a empresa atenda às exigências dos seus clientes em diferentes áreas relacionadas com a contabilidade, auditoria e consultoria financeira.

#### **3.2 Materiais e Recursos Utilizados**

A empresa utiliza um *software* chamado "*CaseWare Working Papers*" (CW) para quase todo o processo de auditoria. Esse *software* permite a manipulação das Demonstrações Financeiras (DF), a criação e armazenamento dos documentos de trabalho para análise das DF, além de manter toda a documentação de suporte necessária. Além disso, o Excel,

é outra ferramenta informática amplamente utilizada pela entidade para as suas atividades. Por exemplo, o CW permite exportar dados diretamente do Excel, caso seja necessário criar algum documento de trabalho. O *software* possibilita também adicionar notas, marcar problemas detetados (denominados de *issues*) nos documentos ou nas rubricas das DF, também permite acompanhar o estado dos documentos, e fazer referências aos períodos de trabalho. É possível também estabelecer conexões diretas entre o CW e o Excel, bem como dentro do CW, facilitando a busca por documentos. Em relação à organização, independentemente da empresa em análise, o método de organização do trabalho é sempre igual. Todas as informações recolhidas, seja no período atual ou anterior, são organizadas em dois tipos de arquivos: o permanente e o corrente. Há também um terceiro arquivo, relacionado diretamente ao arquivo corrente, conhecido como arquivo de circularização. Esses arquivos, ou pastas, são fundamentais para o trabalho de auditoria, pois é neles que todo o suporte do trabalho realizado é armazenado, permitindo ao auditor fundamentar a opinião final sobre a conformidade ou não das contas da entidade auditada. Portanto, a preparação, organização e manutenção meticulosa desses arquivos é de extrema importância.

A seguir, uma breve descrição dos diferentes arquivos:

- Arquivo Corrente: Contém toda a documentação reunida e gerada pelo auditor durante o período da análise. Deve incluir informações que sustentem os testes e conclusões feitas, apresentadas de forma compreensível para que outros além do auditor original possam entender o trabalho, as conclusões e o processo utilizado. É organizado por categorias das Demonstrações Financeiras (DF), orientando os testes e melhorando a qualidade do trabalho em cada categoria.
- Arquivo Permanente: Destinado a armazenar documentação usada em vários períodos, geralmente informações estáveis e necessárias para futuras auditorias.
- Arquivo de Circularização: Guarda toda a documentação envolvida no processo de circularização, como correspondências, balancetes de terceiros usados na seleção, respostas desses terceiros e extratos associados, entre outros documentos.

### **3.3 Atividades desenvolvidas durante o estágio**

#### **3.3.1 Ativos fixos tangíveis**

Os AFT tratam-se de bens que a empresa possui de forma contínua ou permanente, e que não são destinados à venda ou transformação dentro do período normal de operações da entidade. Esta rubrica inclui bens como edifícios, equipamentos variados, terrenos, veículos, além das suas depreciações e imparidades. Também pode englobar despesas de reparação e conservação.

O objetivo principal da auditoria é verificar se os saldos reconhecidos nas DF são fiáveis, justificados, razoáveis, adequadamente valorizados e se correspondem à realidade física e económica dos bens. Para tal, suportando-se em evidências adequadas é determinado se os AFT assim como as transações e os acontecimentos subjacentes, estão corretamente apresentados e se todos os aspetos estão de acordo com a legislação em vigor.

Na maioria das empresas, esta é uma das rubricas com maior impacto no total do Ativo, tornando-se, assim, uma rubrica de relevância material significativa.

De seguida são descritos os procedimentos iniciais para a análise desta rubrica:

- Obter do Portal da Autoridade Tributária (Portal da AT) a listagem de imóveis na data da análise, juntamente com as respetivas cadernetas prediais;
- Requerer à entidade cópias atualizadas das certidões de registo predial;
- Obter do Portal da AT a listagem dos veículos atuais da entidade e os referentes documentos únicos de circulação;
- Verificar, em caso de compras ou alienações de bens, se existem documentos de suporte adequados para essas operações, como contratos de promessa de compra e venda.

Além dos procedimentos mencionados, esta rubrica também envolve testes às mais e menos valias, se existentes, bem como às depreciações e amortizações. Durante o estágio, esses testes não foram realizados.

Para validar se as depreciações e amortizações contabilizadas durante o exercício foram adequadas e calculadas de acordo com o normativo aplicável, realizam-se procedimentos analíticos, incluindo o recálculo detalhado das depreciações do exercício e a comparação

dos resultados com os valores registados nas DF, através do cruzamento dos dados no CW.

Este trabalho tem como finalidade facultar ao auditor evidências corroboradas para este emitir a sua opinião quanto às diferentes asserções.

Primeiramente, a asserção de existência e ocorrência, que verifica se os AFT exibem ativos produtivos em uso na data do balanço. Em seguida, a asserção da plenitude, que assegura que todos os AFT estão registados. A asserção de direitos e obrigações que assegura se a empresa é proprietária ou se detém direitos sobre todos os AFT na data do balanço. A asserção de rigor, classificação e valorização que garante que os AFT são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Por último, a asserção de apresentação e divulgação que assegura que os AFT estão corretamente apresentados nas DF, sem omissões.

### **3.3.2 Estado e Outros Entes Públicos**

Relativamente à rubrica Estado e outros entes públicos, é nela que se registam todos os movimentos contabilísticos relacionados com o Estado, Autarquias Locais e outras entidades públicas, sejam eles impostos e/ou taxas a pagar ou a receber.

O Estado e Outros Entes Públicos são geralmente analisados na sua integridade, e não por amostragem, pois refletem a situação fiscal da empresa. Nela estão registadas todas as obrigações fiscais da empresa para com o Estado. Normalmente, os impostos que afetam a maioria das empresas incluem o Imposto do Selo (IS), o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), a segurança social o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e, quando aplicável, o Adicional ao IMI (AIMI), além do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) em algumas entidades. O tipo e a quantidade de impostos e taxas alteram conforme a atividade exercida pela empresa.

Um dos primeiros testes realizados para analisar esta rubrica envolve solicitação da Certidão de Não Dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social. Em seguida, são consultadas as guias e comprovativos de pagamento emitidos, disponíveis no Portal da Autoridade Tributária (Portal da AT), para validar as datas de emissão e verificar se o prazo legal de pagamento foi cumprido. Através do Modelo 22 do período anterior, podemos verificar o valor e as datas de pagamentos que a empresa deve realizar durante

o ano para os Pagamentos por Conta e, se aplicável, para o Pagamento Especial por Conta. Também através do cruzamento do Modelo 22 com o Portal da AT podemos confirmar o pagamento ou o recebimento de IRC referente ao período anterior.

No caso do IVA, as declarações periódicas de IVA e os respetivos comprovativos de pagamento ou reembolso são comparadas com os valores inscritos na contabilidade. Quanto às Retenções na Fonte, é verificado se todas as declarações estão registadas conforme o Portal da AT.

Os restantes impostos, IMI, IMT, IS, AIMI e IMT eram apenas consultados no Portal da AT e depois comparados com os valores e datas registados na contabilidade como foi referido anteriormente.

### **3.3.3 Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**

Os FSE's são os gastos operacionais da empresa que se referem a despesas externas à organização, conforme o próprio nome sugere. E englobam todos os custos relacionados a bens ou serviços fornecidos por terceiros, excluindo matérias-primas. Nesta rubrica, destacam-se despesas com subcontratações, eletricidade e água, serviços especializados, materiais, alugueres, publicidade e propaganda, seguros, *royalties*, higiene e limpeza, deslocações, estadias, transportes, comissões, combustíveis, entre outras.

Nesta rubrica, os testes envolvem a inspeção documental de uma amostra aleatória para validar o valor líquido, o IVA aplicado, a data da fatura e o lançamento, garantindo que correspondem ao ano corrente. Todos os documentos devem ter a data, o contribuinte da empresa e o seu nome no remetente para poderem ser aceites como gastos. Algumas subcontas têm especificidades importantes para a análise, como:

- Nos seguros, é essencial verificar se os seguros obrigatórios, conforme a atividade da empresa, estão contratados e qual o montante que estes cobrem
- Nas despesas de representação, que incluem refeições, viagens, espetáculos, estadias oferecidas a clientes ou fornecedores, a fatura deve mencionar a origem e o destino, a duração, os beneficiários, os dias, entre outras informações que confirmem o gasto como necessário para a atividade da empresa.
- As despesas referentes a estadias, viagens, alimentação e demais encargos com os trabalhadores da empresa devem mencionar na fatura, tal como nas despesas de

representação, a origem e o destino, a duração, os beneficiários, os dias, entre outras informações. Caso contrário os gastos poderão vir a não ser aceites.

- Qualquer despesa periódica, como honorários de advogados, alugueres, serviços de consultoria, entre outros, deve ser verificada para garantir que os gastos foram devidamente contabilizados todos os meses.

- Nos combustíveis, o IVA do gasóleo é dedutível em 50%, conforme o artigo 21.º n.º 1, b) do CIVA.

### **3.3.4 Gastos com o Pessoal**

As despesas com pessoal, referem-se ao total de compensações, em dinheiro ou em benefícios, que um empregador deve a um empregado pelo trabalho executado durante um delimitado período. As remunerações dos empregados abrangem os salários e vencimentos, pagos em dinheiro ou através de benefícios, assim como as contribuições sociais diretas e atribuídas pelo empregador.

O procedimento de auditoria começava com a seleção aleatória de uma amostra de funcionários a partir de uma lista do pessoal atual fornecida pelas empresas. A escolha dos funcionários era feita aleatoriamente, e o tamanho da amostra dependia do julgamento do auditor e da quantidade de empregados na entidade. A lista selecionada era novamente remetida à empresa junto com a solicitação de documentos de suporte para análise, como recibos de salário dos funcionários, comprovativos de pagamento, mapas de ajudas de custo e o cadastro fiscal, que incluía o nome, estado civil, número de dependentes, a taxa de contribuição para a segurança social aplicável, e outras informações possivelmente relevantes. A análise das remunerações era realizada com a ajuda das tabelas de retenção do IRS vigentes na data da auditoria, tendo em conta certos limites específicos, como o subsídio de refeição as e ajudas de custo, quando adequável. Também se verificava se os recibos de salário estavam assinados e se os valores processados correspondiam aos que foram realmente pagos, por meio dos comprovativos de pagamento, tais como extratos bancários e semelhantes.

### **3.3.5 Caixa e equivalentes/Meios financeiros líquidos**

Os Meios financeiros líquidos são de extrema importância para uma entidade, pois representam o dinheiro disponível em mãos, os depósitos bancários e todos os ativos ou passivos financeiros que são mensurados ao justo valor. Esses ativos e passivos são

aqueles cujas modificações são reconhecidas na demonstração de resultados da entidade, refletindo-se diretamente na sua situação financeira.

Estão classificados como ativos correntes da empresa e incluem caixa, depósitos à ordem, outros depósitos bancários e outros instrumentos financeiros. Esta área é crucial para o funcionamento das empresas, pois a falta de liquidez pode levar a dificuldades no cumprimento dos pagamentos. Portanto, diversos procedimentos substantivos são realizados na auditoria dessa área.

Durante o estágio, não me foi possível realizar quaisquer procedimentos relativamente à rubrica Caixa, contudo tive a oportunidade de observar uma contagem física ao caixa.

No que diz respeito à rubrica Depósitos à Ordem realizei apenas um procedimento que consistia na Obtenção do mapa de Base de Dados de Contas do Banco de Portugal, que lista todas as contas bancárias atuais e passadas da entidade, permitindo ao auditor verificar que todas as contas estão registadas na contabilidade e também permite confirmar a sua titularidade.

### **3.3.6 Inventários**

Os inventários são uma parte essencial dos ativos de uma empresa, pois representam os bens que estão disponíveis para venda, utilização na produção ou como materiais e suprimentos necessários para a prestação de serviços. São parte integrante do ciclo operacional e financeiro da empresa, impactando diretamente nos resultados e na eficiência do negócio. O controlo e a gestão eficaz dos *stocks* são fundamentais para garantir a disponibilidade dos produtos, evitar stocks excessivos e reduzir custos operacionais. Além disso, a correta avaliação do *stock* é essencial para a elaboração do balanço patrimonial e a apuração do lucro líquido.

Conforme estabelecido na NCRF 18 - Inventários, os inventários são considerados ativos quando:

- São mantidos para serem vendidos no curso normal dos negócios;
- Estão em processo de produção para posterior venda;
- Consistem em materiais ou consumíveis a serem utilizados na produção ou na prestação de serviços.

Durante o estágio, a atividade mais frequente foi a realização de contagens físicas dos inventários. O objetivo deste teste é controlar fisicamente os inventários, contando-os e comparando os resultados obtidos pelos auditores com o inventário final. Essas contagens devem ser feitas pelo menos uma vez por ano e o mais próximo possível do final do ano fiscal.

Numa primeira etapa, é necessário solicitar à empresa uma lista de todos os bens em inventário, com referência ao final do período, identificando código, descrição e quantidade. Essa lista serve como base para extrair uma amostra aleatória que será mais tarde validada. O tamanho da amostra depende do valor total do inventário e da qualidade do controle interno (CI), uma vez que um bom controle, leva a uma probabilidade de distorções menor.

Após selecionar a amostra, o trabalho de auditoria começa com uma breve reunião entre a equipa de auditoria e os responsáveis da empresa, para discutir os procedimentos de contagem. Após a contagem, os resultados são comparados com os inventários finais da empresa para identificar diferenças, se houver.

### **3.3.7 Circularização de Saldos**

A Carta de Circularização, também chamada de Confirmação Externa ou Relatório de Situação de Saldo, é um instrumento usado em auditorias para obter informações sobre uma organização a partir de fontes externas. Após solicitar essas informações a entidades externas, como clientes, fornecedores e instituições bancárias, a carta é disponibilizada. Geralmente, esse documento é usado quando a organização auditada não fornece informações confiáveis ou para confirmar as informações fornecidas ao auditor.

Geralmente, este processo é demorado e complexo, pois muitas vezes as respostas recebidas não são as desejadas, exigindo esforços adicionais por parte do auditor. É comum não obter resposta após o primeiro pedido de circularização, sendo necessário enviar solicitações subsequentes, e em alguns casos até mesmo um terceiro pedido. Mesmo após essas tentativas, pode ocorrer falta de resposta, o que demanda mais trabalho adicional. Isso evidencia a necessidade de um controle rigoroso para evitar pedidos duplicados ou armazenamento inadequado de respostas. A prova externa tende a ser mais confiável do que a interna, destacando a importância da circularização de clientes, fornecedores e outros devedores e credores.

Quanto ao processo em si, começa-se com a seleção da amostra, utilizando o Balancete de Dezembro para garantir a confirmação dos saldos no final do ano. São aplicados critérios específicos, como percentagem do saldo total em aberto, maiores saldos acumulados, saldos considerados atípicos e alguns aleatórios, além dos saldos de entidades relacionadas, quando aplicável.

O próximo passo é elaborar uma lista dos terceiros para os quais as cartas de circularização serão enviadas pela empresa auditada. Para obter uma confirmação externa dos saldos desses terceiros, solicita-se à empresa auditada que envie uma carta ou e-mail com a carta anexa, e com conhecimento da PALM. Quando o terceiro responde, é possível aceder ao saldo da conta e ao extrato contabilístico automaticamente.

Após esse processo, três situações podem surgir: a resposta está de acordo com o saldo do extrato, a resposta não está de acordo com o saldo do extrato ou não há resposta. No segundo caso, é necessário fazer uma conciliação para entender as diferenças entre os extratos. No último caso, são realizados testes alternativos, como a identificação e acompanhamento das faturas em aberto nos meses seguintes.

### **3.3.8 Vendas e Prestações de Serviços**

Na área de auditoria relacionada à faturação, o foco foi validar os registos de vendas enviados pela empresa e os registos do e-Fatura, onde as vendas são declaradas pelas empresas. Isso envolveu uma análise minuciosa dos documentos de suporte, visando confirmar o valor líquido, o IVA aplicado, a data da fatura e o lançamento contabilístico, garantindo que se referiam ao ano em questão. Também foi considerada a descrição do item para certificar que a venda está relacionada à atividade normal da empresa. É essencial verificar se todos os valores analisados possuem suporte documental adequado, se o reconhecimento e a mensuração estão corretos e se o tratamento fiscal é apropriado.



A revisão da literatura proporcionou uma compreensão abrangente e detalhada sobre a auditoria, destacando a importância da mesma como uma prática fundamental para assegurar a precisão e a conformidade das demonstrações financeiras com os princípios contabilísticos e regulatórios. A revisão das normas internacionais de auditoria, como as normas emitidas pelo IAASB e as normas locais em Portugal, foram essenciais para compreender os requisitos específicos e as melhores práticas na realização de auditorias. Como foi possível compreender a conformidade com estas normas é fundamental para garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho de auditoria. A literatura forneceu também uma maior compreensão das diversas técnicas e procedimentos de auditoria, desde testes de controlo e substantivos até à análise de riscos e avaliação de evidências. Este conhecimento foi essencial para a execução eficiente e eficaz de auditorias, permitindo identificar áreas de risco e assegurar que as demonstrações financeiras são uma representação verdadeira e justa da posição financeira da entidade.

A revisão da literatura foi fundamental para a realização do estágio por várias razões. Forneceu uma base teórica e sólida que guiou a compreensão das práticas e procedimentos de auditoria aplicados durante o estágio na empresa PALM, SROC, Lda., sendo esta base teórica o que me permitiu aplicar conceitos-chave de auditoria de forma prática e contextualizada. A familiaridade com as normas e práticas de auditoria, adquirida através da revisão da literatura, foi também crucial para assegurar que as atividades realizadas durante o estágio estavam em conformidade com os padrões profissionais e regulatórios o que incluiu a aplicação das normas de auditoria e a adesão às exigências específicas da OROC. A compreensão das técnicas e procedimentos de auditoria permitiu a realização de atividades específicas no decorrer do estágio com competência e precisão. Por exemplo, a revisão das contas, a verificação de saldos e a análise de documentos de suporte, foram realizadas com base nas melhores práticas e técnicas de auditoria aprendidas.

O conhecimento sobre a avaliação e gestão de riscos, foi fundamental para identificar áreas críticas durante a auditoria, como a análise de Ativos Fixos Tangíveis, a gestão de Inventários e a auditoria de Fornecimentos e Serviços Externos. Foi esta avaliação que me permitiu elaborar uma abordagem mais eficaz e orientada para a identificação de possíveis problemas e para a mitigação dos riscos. A literatura também me forneceu ferramentas sobre como lidar com desafios práticos, como a complexidade dos sistemas de informação e a necessidade de validação de informações externas através da

circularização de saldos, o que facilitou a adaptação a situações reais e à resolução de problemas encontrados durante o estágio.

Em síntese, a revisão da literatura não só forneceu o conhecimento teórico necessário para a realização das atividades de auditoria durante o estágio, como também desempenhou um papel crucial na aplicação prática desse mesmo conhecimento. Ela permitiu uma compreensão mais profunda das exigências da profissão, facilitou a execução de algumas tarefas com mais eficácia e eficiência, e preparou-me para enfrentar e superar os desafios inerentes à prática de auditoria.

As asserções elaboradas para a realização do estágio demonstraram ser adequadas e bem fundamentadas, pois refletiram não só uma compreensão profunda das teorias fundamentais da auditoria, mas também a sua aplicação prática num ambiente de trabalho real/campo, como o da empresa PALM, SROC, Lda.

Os pontos-chave que evidenciaram a adequação das asserções elaboradas anteriormente serão descritos abaixo:

- Cada asserção aborda questões críticas e atuais no campo da auditoria financeira, como a independência dos auditores, a materialidade e a gestão dos riscos. Esses temas fundamentais são discutidos regularmente e aplicados nas práticas profissionais diárias.
- Todas as asserções são fundamentadas em teorias reconhecidas e normas internacionais de auditoria, como as ISA's, o que assegura que as abordagens adotadas durante o estágio estejam alinhadas com padrões profissionais aceites globalmente, garantindo qualidade e consistência no trabalho de auditoria.
- As asserções não apenas discutem conceitos teóricos, mas também explicam como esses conceitos são aplicados na prática durante o estágio. Por exemplo, a análise da independência dos auditores relaciona-se diretamente com a necessidade de manter a imparcialidade na avaliação das demonstrações financeiras, algo essencial para a credibilidade das auditorias realizadas.
- Cada asserção não só descreve um conceito teórico, como também destaca a sua importância na obtenção de resultados eficazes durante o processo de auditoria.
- A inclusão de referências a autores e normas relevantes, reforça a credibilidade das asserções e demonstra uma pesquisa abrangente e bem assente. O que não apenas

valida os argumentos apresentados, mas também fortalece a aplicação prática dos conceitos discutidos.

Portanto, as asserções elaboradas além de adequadas, foram também essenciais para guiar as atividades de auditoria realizadas durante o estágio proporcionando um quadro teórico robusto que não só informou, como também orientou as práticas profissionais a seguir, assegurando que o trabalho de auditoria fosse conduzido com rigor, eficácia e em conformidade com os padrões éticos.

Durante o estágio, foi também possível observar que o Modelo de Análise construído, foi útil para orientar as atividades práticas de auditoria realizadas no decorrer do estágio. Cada uma das asserções (A1, A2, A3) abordou temas específicos que foram diretamente aplicáveis às situações encontradas no contexto real do estágio.

Desde a compreensão de como a independência do auditor influencia a relação com os clientes e a percepção pública de imparcialidade à gestão da materialidade, que foi uma área onde pude observar as decisões críticas que eram tomadas sobre quais distorções poderiam ou não afetar significativamente a percepção económica dos usuários das demonstrações financeiras. A avaliação de riscos também foi uma parte essencial do estágio onde foram aplicados procedimentos específicos para identificar potenciais riscos nas demonstrações financeiras auditadas.

Ao longo do estágio, consegui então avaliar a eficácia do Modelo de Análise. Este não serviu apenas como um guia teórico, mas também como uma ferramenta prática que me auxiliou a estruturar a abordagem de auditoria adotada pela empresa PALM SROC, Lda.

A adoção do Modelo de Análise ofereceu-me a oportunidade de desenvolver habilidades críticas de pensamento analítico e de aplicação prática de teorias de auditoria. A confirmação deste mesmo modelo durante o estágio não apenas reforçou a compreensão teórica estudada, como também me preparou para enfrentar desafios reais de auditoria de maneira mais estruturada e fundamentada.

Concluindo, a realização do estágio confirmou a validade e a utilidade do Modelo de Análise definido, demonstrando que ele não apenas se alinha com as teorias académicas e normativas, mas também é eficaz na prática da auditoria financeira.

Este estágio na empresa PALM, SROC, Lda. foi uma experiência transformadora que me proporcionou uma compreensão aprofundada do mundo profissional da auditoria.

Durante o estágio, tive a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante o mestrado em situações práticas e reais. A exposição a diversas áreas de contabilidade e auditoria, como por exemplo fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, inventários e circularização de saldos, proporcionou um entendimento abrangente e profundo sobre as práticas de auditoria e a importância da precisão e da conformidade nas demonstrações financeiras.

A utilização do *software* CW e do Excel também demonstrou a relevância da tecnologia na modernização e eficiência dos processos de auditoria. Por outro lado, a experiência de realização de contagens físicas e a validação de documentos fiscais e financeiros, reforçou a importância da organização e do rigor na auditoria.

Esta experiência prática consolidou o meu conhecimento e preparou-me para futuras responsabilidades profissionais na área de auditoria e revisão de contas, com uma compreensão clara da importância da conformidade, da precisão e da transparência nas informações financeiras das organizações. Ao longo do estágio, não apenas adquiri competências técnicas essenciais, mas também desenvolvi habilidades interpessoais ao trabalhar em equipa, comunicar eficazmente com clientes e colegas, e resolver desafios complexos de forma colaborativa.

Assim, concluo que este estágio na PALM, SROC, Lda. foi, não só, uma oportunidade valiosa para aplicar o conhecimento académico na prática, mas também um passo significativo no meu desenvolvimento profissional, preparando-me para enfrentar novos desafios e contribuir positivamente no campo da auditoria financeira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

Bryer, R. A. (1998). *Sage Journals, Volume 3, Britain – “The laws of accounting in late nineteenth century”* Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/103237329800300104>

*International Accounting Standards Board- IFRS* Recuperado de <https://www.ifrs.org/groups/international-accounting-standards-board/>

*International Auditing and Assurance Standards Board-IAASB (2010)* Recuperado de [https://www.iaasb.org/\\_flysystem/azure-private/meetings/files/5586\\_0.pdf](https://www.iaasb.org/_flysystem/azure-private/meetings/files/5586_0.pdf)

Jensen MC. (2012), “Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade” SciELO – Brazil Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/vr3bbm6tBJStSmQZk4Y8y4m/>

Almeida, Bruno (2011), “Auditoria e sociedade: o diálogo necessário” SciELO - Brazil. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rcf/a/rhDLsNG3V7KnQNCCdcQqTgm/>

Ordem dos Contabilistas Certificados (OROC). (s.d.). Recuperado de <https://www.oroc.pt/LMS/Magazine/Details/2602>

Ferreira, C. (2016) – “Auditoria Financeira e Auditoria Interna: Cooperação e Criação de Valor”, Recuperado de Repositório da Universidade do Minho, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42676/1/Carlos%20Manuel%20Machado%20Ferreira.pdf>

BOYD, D., et al., 2001, “The audit report: a misunderstanding gap between users and preparers”, *National Public Accountant, January, p. 56-60, Washington* Recuperado de <https://www.thefreelibrary.com/The+Audit+Report%3A+A+%22Misunderstanding+Gap%22+Between+Users+and...-a070936605>

GRAY, I., Manson, S., 2001, “The audit process - principles, practice & cases”, Thomson Learning, 2<sup>nd</sup> ed., United Kingdom Recuperado de <https://afgr.scholasticahq.com/article/34149.pdf>

Magalhães, S. (2010) “Materialidade em Auditoria- O problema da sua aplicação prática”, Recuperado de Repositório do Instituto Politécnico de Lisboa, ISCAL, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/1040.21/2520/1/MATERIALIDADE%20EM%20AUDITORIA%20O%20PROBLEMA%20DA%20SUA%20APLICA%20C3%87%C3%83O%20PR%20C3%81TI.pdf>

Cordeiro, A. C. (2011) “Auditoria financeira: a definição da materialidade e o seu impacto no trabalho de auditoria”, Recuperado de Repositório da Universidade de Coimbra, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18037/2/Relatorio%20de%20Est%c3%a1gio\_AnaCordeiro%20%282006024655%29.pdf

Almeida, L. (2011) “Os pilares de uma auditoria financeira”, Recuperado de Repositório da Universidade de Coimbra, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18055/1/Os%20Pilares%20de%20uma%20Auditoria%20Financeira.pdf

Cardoso, M. (2020), “A importância da fase do Planeamento na Auditoria Financeira”, Recuperado de Repositório do Instituto Politécnico do Porto, ISCAP, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/17378/1/Marta\_Cardoso\_MA\_2020.pdf

Sousa, D. (2018), “O preço da independência dos auditores”, Recuperado de Repositório do Instituto Politécnico do Porto, ISCAP, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13287/1/Denise\_Sousa\_MA\_2018.pdf

*Mohammad, J. A., (1987), “Decision Support and Expert Systems in Auditing: A Review and Research Directions” Accounting and Business Research, Volume 7, Recuperado de https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00014788.1987.9729795*

*Riadh, M. e N. Elommal, (2010) “The Quality of Audit Process: An Empirical Study with Audit Committees”, International Journal of Business, Volume 15, Recuperado de chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ijb.cyut.edu.tw/var/file/10/1010/img/856/V151-6.pdf*

Aparecida, E. e Monteiro E. (2017) “Auditoria Interna: Sua Importância nas Organizações Empresariais no âmbito competitivo”, Revista Univap 22, nº40, Recuperado de <http://dx.doi.org/10.18066/revistaunivap.v22i40.1339>

Evaristo, R., Moreira, J. e Harano, F. (2018) “Auditoria Interna auxiliando o Processo de Gestão”, Revista “Organizações e Sociedade 7” nº8, Recuperado de <http://dx.doi.org/10.29031/ros.v7i8.409>

Freitas, M., Sanderson, Moreira C., Silva, A., Nascimento, I., Melo, G. (2020) “Percepção dos auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna como direcionamento na decisão gerencial”, Revista “Controle-Doutrina e Artigos 18” nº2, Recuperado de <http://dx.doi.org/10.32586/rcda.v18i2.628>

Batova, V., Volkov, A., Krugliak, L. e Safronova, Y. (2019) “Independent Auditing of Public Expenditure as a tool to improve Financial Control” Revista “Práxis Educacional 15” nº34, Recuperado de <http://dx.doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5799>

Sousa, J., Bomfim, A. e Cruz, C. (2018) “*Activité d'audit comptable : une approche théorique de son application en entreprise*” Revista “Entrepreneurship 2” nº2, Recuperado de <http://dx.doi.org/10.6008/cbpc2595-4318.2018.002.0001>

Muhate, T. (2022) “Lição nº5- Ativos Tangíveis e Investimentos Financeiros”, Scribd, Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/601998586/LicA-A-o-nA-%C2%BA-5-Activos-Tangiveis-Investimentos-Financeiros>

“Glossário CRN Contabilidade” Recuperado de <https://www.crncontabilidade.pt/glossario>